

2

A NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ATIVO DOS POBRES

Ricardo Oliveira Costa*

RESUMO

O texto demonstra, com base na ideologia, a evolução da história operária e sua relação com o emprego, ressaltando a falta de clareza metodológica e conceitual dos historiadores do movimento operário, bem como a pretensão da história operária de mudar e interpretar o mundo. Não bastando, disserta sobre a fórmula de ação de Piven e Cloward, com base no texto de Eric Hobsbawm, o qual elabora críticas aos primeiros e sugere nova forma de atuação, com a organização dos pobres por meio de estratégias de pressão efetiva e planos de ação, além de organismos capazes de executá-los, base teórica da qual damos nossa contribuição sobre o tema, enfatizando o caso brasileiro.

Palavras-chave: *História operária. Democratização das relações de trabalho. Organização dos pobres. Planos de ação.*

ABSTRACT

This paper demonstrates, based on ideology, the evolution of labor history and its relation to employment, highlighting the lack of methodological and conceptual clarity of the historians of the labor movement and labor history's claim to change and interpret the world. Not just, talks about the action formula of Piven and Cloward based on the text of Eric Hobsbawm, which prepares the first critiques and suggests new way of working with the organization of the poor through effective pressure strategies and action plans, addition of organisms capable of executing them, the theory on which we base our contribution on the topic emphasizing the Brazilian case.

Keywords: *History workers. Democratization of labor relations. Organization of the poor. Action plans.*

* Advogado e Professor Titular de Direito Tributário na UNISUZ e UNIP. Graduado em Direito pela Univ. Mackenzie. Especialista em Direito Tributário na PUC-SP. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Mackenzie

1 Introdução

Nos capítulos 1 e 2, é analisado o desenvolvimento da história operária, ressaltando o fato de que seus historiadores eram pessoas que participavam dos próprios movimentos operários, motivo pelo qual muitas vezes a história operária se confundia com a desses movimentos, sem preocupação científica ou metodológica, ou mesmo com a real importância de cada fato histórico.

Com efeito, no capítulo 3, é destacada necessidade de democratização da história operária, comunicável a todos, de maneira que toda a sociedade compreenda a sua importância real na história da sociedade e sua dimensão.

Após, são esclarecidas, no capítulo 4, a Fórmula de Ação de Piven e Cloward, bem como as críticas de Eric Hobsbawm à referida fórmula, e a colocação de nosso ponto de vista sobre o assunto, enfatizando a importância dos pobres como fator de transformação da sociedade e luta pelos direitos sociais, de modo permanente, tanto em momentos de crise capitalista, quanto em épocas de calmaria, raciocínio este completado no capítulo 5, em conclusão, da necessidade dos pobres se organizarem para fazer pressão efetiva, conscientes de sua própria e real história.

1. HISTÓRIA OPERÁRIA DE DENTRO DOS MOVIMENTOS E FORA DAS UNIVERSIDADES

Preliminarmente cumpre destacar que a história da classe operária não gerou inicialmente interesse do mundo acadêmico, de tal sorte que a história da referida classe foi elaborada por seus próprios membros, os quais eram inflamados por um tema altamente politizado e em grande parte feita fora das universidades.

Com efeito, como não poderia deixar de ser previsível, um grande número de relatos da história da classe operária foi elaborado, mas, em sua esmagadora maioria, a orientação básica não era histórica.

Como comprovação do exposto, trazemos o relato do eminente historiador Eric Hobsbawm (2000), cuja obra permeará todo o presente artigo, sobre a impropriedade no estudo da história da classe operária. Segundo o Mestre:

A história operária “de dentro do movimento” e, em grande medida, fora das universidades, tendeu a apresentar certas características. Em primeiro lugar, ela revelou a tendência de identificar “classes operárias” com “movimento operário”, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos.

E prosseguindo, arremata o mesmo Prof.: “a história operária de dentro do movimento tendeu a ser tanto um pouco arqueológica quanto preocupada em atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles”.

A partir das reflexões acima, fica clara a dificuldade do historiador, influenciado pelo campo de estudo predominantemente patriótico, em distinguir quais fatos são importantes, do ponto de vista histórico.

É bom ressaltar que essa dificuldade em distinguir o relativamente importante do que na verdade era corriqueiro, acabou, conforme relata Hobsbawm, por colocar em evidência pequenas facções, que nunca ultrapassaram esse nível, ou seja, que jamais exerceram um papel maior, a exemplo do Partido Social Trabalhista, pequeno grupo britânico, seguidores de Daniel de Leon, que teve mais atenção do que a Liga Socialista, a qual teve abrangência nacional.

A consequência desse tipo de historiografia da classe operária acabou por ser o autoisolamento da história dos movimentos operários, em relação ao restante da história, sendo um agravante para dificultar a distinção entre o relevante do corriqueiro, bem como facilitar a mistura dos dois nos relatos históricos.

Desta feita, verifica-se que, como não havia interesse do mundo acadêmico pela história da classe operária, e que, quando esse interesse existia, por volta das décadas de 1830 e 1840, tais estudos eram essencialmente de “resolução de problemas”, houve um autoisolamento da história da classe operária que, equivocadamente, confunde-se com a história dos movimentos operários, a qual se tornou a versão oficial da história.

2. FALTA DE CLAREZA METODOLÓGICA E CONCEITUAL DOS HISTORIADORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Como vislumbrado no tópico anterior, apesar da grande quantidade de narrativas produzidas, a historiografia tradicional da classe operária se confundiu, mesmo que equivocadamente, com a história dos movimentos operários, não conseguindo distinguir o relevante, historicamente, do corriqueiro, tornando-se essa a versão oficial da história operária daquele tempo.

A materialização desse entendimento, porém, deixa transparecer a falta de clareza metodológica e conceitual dos historiadores desses movimentos, isso porque deixam de considerar que a história operária é parte da história em sociedade e não pode ser analisada isoladamente.

Desse modo, a história oficial da classe operária tendeu a produzir uma visão esotérica da história, completamente dissociada da sociedade, inexistindo padrão metodológico para conceber a determinados fatos a relevância dada pelos cronistas oficiais.

Não podemos deixar desalientar que a história operária é também um assunto multifacetado, ou seja, deve ser analisada sob diversos enfoques, para a correta apreensão do objeto, ou seja, do fato histórico, aquilo que realmente aconteceu.

Logo, parece-nos indubitável que exista flexibilidade na análise histórica para que todas as suas facetas sejam devidamente exploradas, de forma que a análise seja feita no bojo de toda a sociedade, haja vista que a história da classe operária é parte do todo da história da sociedade, motivo pelo qual a interpretação isolada desses fatos pode ser facilmente manipulada ou equivocada por quem os explore.

Entendemos ser mais correto afirmar que alguns aspectos são quantificáveis ou não dentro da história do movimento operário, pelo menos em termos comparativos, mas a referida comparação deve ser realizada no contexto da sociedade.

Sendo assim, os dados e elementos dos movimentos operários e todos os fatos históricos da classe operária deve ser analisada à luz do que ocorreu na sociedade como um todo, e não apenas aquilo que ocorria nas assembleias e reuniões dos movimentos operários, uma história exclusiva e interpretada ao seu bel prazer.

3. PRETENSÃO DA HISTÓRIA OPERÁRIA DE MUDAR E INTERPRETAR O MUNDO

Note-se que, com a característica de autoisolamento e uma seleção parcialmente viciada dos fatos relevantes, para elaboração da versão oficial da história da classe operária, houve claramente uma exclusão do cidadão comum, integrante da sociedade, que não faz parte dos movimentos, da correta interpretação dos fatos históricos relatados.

Portanto, fixemos: é importante que a interpretação seja objetivamente válida, de forma a ser comunicável a qualquer um. Expliquemos melhor.

Objetivamente válida quer dizer que foram tomadas todas as precauções para retratar o que realmente ocorreu de relevante na história operária, ou seja, que foram averiguadas todas as facetas do evento histórico no contexto da história

geral da sociedade, utilizando-se de metodologia adequada, sem a transposição de conceitos de ciências sociais, por exemplo, sem a devida cautela.

Essas precauções asseguram que a interpretação do fato

histórico seja objetivamente válida, ou seja, relevante e importante para as gerações futuras, de modo a servir como aprendizado para evitar que situações indesejáveis se repitam, bem como fatos importantes e memoráveis sejam lembrados, merecidamente festejados e repetidos.

Com efeito, para que todos esses objetivos sejam alcançados, não pairam dúvidas de que o fato histórico deva ser corretamente comunicado a qualquer um, ou seja, não deve ficar no autoisolamento, com a informação restrita àqueles que fazem parte da classe operária, ou pior, do movimento operário.

Assim sendo, necessário se faz a democratização da história operária para toda a sociedade, até porque a história da classe operária faz parte da história maior, que é a história da sociedade, sendo correto e justo que esta a julgue e contribua para seu aperfeiçoamento e proximidade com a realidade histórica ocorrida, ocasionando mudança e transformação do mundo para melhor.

Fica, então, estreme de qualquer dúvida, que a vocação dos historiadores da história operária deve ser alterada, como diga-se de passagem, afirma Eric Hobsbawm, já vem ocorrendo de maneira tímida, para obter um maior rigor metodológico e chegar à verdade do fato histórico relevante, no contexto da sociedade como um todo, e que esse fato seja comunicável a essa sociedade, que ira utilizá-lo para aperfeiçoar as entidades e tomar decisões corretas no futuro.

4. FÓRMULA DE AÇÃO DE PIVEN E CLOWARD

Inicialmente cumpre destacar que Piven e Cloward realizaram um vasto estudo sobre a sociedade norte-americana, situando o desenvolvimento das políticas

sociais no contexto do movimento da estabilidade e das depressões cíclicas da economia daquele país, e, a partir daí, defendem a tese de que os sistemas de proteção social se expandem ou se contraem, conforme as flutuações cíclicas da economia capitalista, atuando, nessa dinâmica, como forte mecanismo de controle social.

Com efeito, de acordo com essa teoria, nos anos de estabilidade (1940-1960), verificou-se lenta expansão do sistema de proteção social nos Estados Unidos, quadro esse alterado no período de crises urbanas, com a explosão do sistema Welfare, nos anos 60.

Assim sendo, referidos autores defendem que os pobres devem esperar um momento propício para usar sua força e ver o que acontece, ou seja, aguardar esses momentos de crise do capitalismo e aproveitar para fazer suas reivindicações, utilizando um conceito que chamam de oportunidades políticas.

Nesse sentido, acreditam os referidos autores que não adianta tentar organizar os pobres, sendo que sua vontade é até mesmo irrelevante, posto que a reação qualitativa ao protesto já se encontra estruturada, de tal sorte que a classe dominante já sabe quais concessões irá fazer aos pobres.

4. CRÍTICA DE ERIC HOBSBAWN À FÓRMULA DE AÇÃO DE PIVEN E CLOWARD

Inicialmente cumpre destacar que Eric Hobsbawm indica alguns problemas provocados pela ilusão igualmente prevalente em grupos com projetos emancipatórios de seu tempo, inclusive anarquistas e espanhóis, que naquela época tinham como sonho um desenvolvimento tecnológico sem limites e sempre favorável e organizado pelo homem, de tal sorte que todos esses grupos foram capturados pela ilusão do progresso sem limites e inevitavelmente associados aos ideais libertários da utopia.

Com efeito, a mera expropriação dos opressores não constitui uma sociedade não capitalista, necessária e automaticamente desejável, conforme nos ensina Eric Hobsbawm (2000), in verbis:

A descoberta de que a crítica do capitalismo não descreve automaticamente o socialismo foi certamente traumática. É agora claro que a expropriação dos expropriadores, por si só, pode produzir uma sociedade não capitalista, mas não necessariamente uma sociedade desejável. É também claro que a evolução do capitalismo veio a prover que este antegozo da utopia também não é muito apetecível. Nós agora usufruímos o que um congresso anarquista espanhol de 1898 previu como glorioso futuro do homem, após a revolução, a saber, um mundo de arranha-céus cheios de elevadores, eletricidade, e coleta automática de lixo, habitado por supervisores de equipamentos automatizados.

Desta feita, não restam dúvidas de que a experiência mostrou que nem tudo pode ser controlado, bem como que as ações e comportamentos podem até ser bem planejadas, mas as execuções nem sempre os respeitam, seja lá por qual razão forem. Continua a nos ensinar Hobsbawm (2000), in verbis:

Mas, o que os radicais e os socialistas desaprenderam é como se chega ao novo a partir do velho. Nem o capitalismo nem seus coveiros nomeados são o que eram em 1914, ou mesmo em 1939. As forças e mecanismos históricos, nos quais os socialistas confiavam para produzir um proletariado cada vez mais militante e uma classe dominante

capitalista cada vez mais vulnerável, não estão funcionando como se supunha que funcionassem. Os grandes exércitos do proletariado não estão mais marchando avante, como uma vez pareceram fazê-lo, em expansão, cada vez mais unidos, e carregando consigo o futuro. É significativo que os movimentos sociais de Piven e Cloward sejam, como indica o título de seu livro, não dos operários (cuja desintegração como classe ou balcanização eles apontam de passagem), mas sim dos pobres, um grupo heterogêneo, cujos fatores não têm nada em comum, a não ser a pobreza relativa e o fato da insatisfação. O conteúdo dos movimentos dos pobres como demonstra o título de seu primeiro capítulo, resume-se ao protesto.

O protesto, observando o relato de Hobsbawm sobre a teoria de Piven e Cloward, seria um grito de clamor e ao mesmo tempo de insatisfação dos pobres, e não apenas dos operários, haja vista que os operários são apenas uma classe que integra a dos pobres.

Tais protestos, para Hobsbawm, ao contrário do que pensam Piven e Cloward, possuem relevância e podem mudar o rumo da história, desde que eles sejam organizados, não necessitando aguardar um momento específico de crise do capitalismo.

No caso específico do Brasil, desde o início da década de 1990, após a implantação do Plano Real, os índices sociais, e principalmente do mercado de trabalho e nível de emprego, a depender do ponto de análise, vêm melhorando gradativamente, havendo como ápice o governo social do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, consoante dados disponibilizados no site oficial do Planalto⁵, in verbis:

As estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 1990, 56,7% das pessoas acima de 10 anos de idade (o que corresponde a 64,5 milhões de brasileiros) estavam participando do mercado de trabalho como ocupados ou procurando emprego. Em 1995, esse percentual subiu para 61,1%, representando um contingente de 74,1 milhões de pessoas. A força de trabalho cresceu 14,9% naquele período, o que significou um acréscimo médio de 1,9 milhões de pessoas por ano. O número de pessoas ocupadas aumentou, entre 1990 e 1993, em 7,5 milhões (12,1%). Mais recentemente, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) indicam que o nível de ocupação nas áreas metropolitanas cresceu 1,55%, no período de janeiro-agosto de 1996. (grifo nosso)

Entretanto, por trás desta boa notícia, esconde-se uma

⁵ http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM, Acesso em: 9 mai. 2010.

realidade perversa, na qual é cada vez maior o número de pessoas que saem do emprego formal e se instalam, por falta de opção ou melhores oportunidades e qualificação, em subempregos no mercado informal. Os que sobrevivem na formalidade, nesta camada da população (pobres), aceitam subempregos no inchado setor terciário, conforme nos revela o mesmo estudo acima, in verbis:

A crescente participação dos assalariados com carteira, no total de pessoas ocupadas, foi rompida, na década passada, por uma modificação significativa, que vem ocorrendo desde 1990, na forma de entrada no mercado de trabalho. Nas áreas metropolitanas, a participação dos autônomos e dos empregados sem carteira, no total das pessoas ocupadas, aumentou, segundo dados do IBGE, de 39,3%, em dezembro de 1990, para 48,0%, em agosto de 1996 (gráfico seguinte). Isto significa que, apesar dos direitos garantidos pela CLT, ocorre uma queda acentuada do grau de proteção dos trabalhadores brasileiros, mediante contrato de trabalho. Essas mudanças ocorrem em sentido inverso do que seria esperado, de um padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno e capitalista.

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
Total das Seis Áreas Metropolitanas (RE, SA, BH, RJ, SP, POA)



As condições adversas da economia do País presentes no início da década, aliadas a uma legislação trabalhista rígida, levaram os trabalhadores a aceitar empregos de baixa qualidade, ou a buscar a sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira.” (grifo nosso)

Cumpre destacar que também não vemos com bons olhos o inchaço do setor de serviços, que tenta absorver toda a mão-de-obra que não conseguiu e não

consegue ocupação no setor industrial, conforme mostra o importante estudo, reproduzido, em parte, a seguir, in verbis:

Crescimento do Setor de Serviços

Além disso, a maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o setor de serviços, nos anos 80 e 90.

Em 1995, o setor terciário já abrigava 73,4%

das ocupações não agrícolas, e mais da metade (52%) da população ocupada do país. O ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão-de-obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores.

Durante a década de 80, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não agrícolas. Por sua vez, o setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não agrícolas, durante os anos 70, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não agrícolas, na década de 80. E, em 1995, o setor industrial abrigava apenas 19,6% do total das pessoas ocupadas.

O setor de serviços foi, também, o caminho da mão-de-obra que não mais conseguiu encontrar ocupação em um setor industrial sob forte pressão competitiva. Essa pressão é consequência das práticas de ajuste e do processo de terceirização de serviços, promovidos pelas empresas brasileiras, o que provocou a transferência de empregos do setor secundário para o terciário. Ocorre que é, sobretudo nas atividades terciárias, que se concentra grande parte da informalização observada na população ocupada.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, essa redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial, que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80. O gráfico seguinte mostra que a geração de empregos no setor formal tem uma tendência declinante, a partir de 1990. Entretanto, nem

todas as pessoas que perderam esses empregos ficaram desempregadas. Parte desse contingente encontrou ocupações no setor terciário, formal ou informal.



Em suma, em um contexto de grandes transformações, a economia brasileira tem gerado empregos para a grande maioria das pessoas que entram no mercado de trabalho. Todavia, esses empregos estão cada vez mais se informalizando e terceirizando. A qualidade desses empregos afasta-se, por consequência, dos padrões desejáveis de proteção social que todos os trabalhadores desejam e merecem.⁷

O movimento acima relatado é uma prova da necessidade de melhorar a educação no Brasil, haja vista que a grande massa de empregos, trata-se, na verdade, de subempregos, quando deveria o Brasil se preparar para formar técnicos e pessoal de tecnologia para criar um mercado de empregos de alta tecnologia, já que estaria disponível no país grande número de capital humano.

Desta feita, o inchaço do setor de serviços é reflexo e exemplo da falta de plano de ação do governo brasileiro, que deve ser combatido pelos pobres por meio de estratégias de pressão efetiva e planos de ação.

Entretanto, para que os pobres consigam atingir tal objetivo, necessário se faz, seguindo opinião do próprio Hobsbawm, com a qual concordamos, de organismos capazes de executar aludidas estratégias de pressão e planos de ação, de modo permanente, e não apenas nos momentos de crise do capitalismo.

Não restam dúvidas de que, conforme demonstram dados do IPEA, divulgados pelo Governo Federal, a vida social e a distribuição de renda tem melhorado em muitos aspectos, entretanto, ainda estão muito aquém do ideal, motivo pelo qual os pobres não podem ficar parados, esperando a próxima crise capitalista, para fazer pressão, sem qualquer estratégia, para ver o que acontece. Vide os dados⁸:

Dados do IPEA mostram que a parte da renda apropriada pelos 50% mais pobres (da população com rendimentos) aumentou 1,2 pontos percentuais, enquanto a parcela dos 20% mais ricos reduziu sua participação em 2,3 pontos percentuais. Isto indica que os rendimentos mais baixos cresceram mais do que os rendimentos mais altos, reduzindo-se a desigualdade. Por outro lado, cerca de 5 milhões de pessoas romperam a linha de pobreza, nas seis principais áreas metropolitanas no país.

A eliminação dos mecanismos que alimentavam a espiral preços-salários, no contexto de um crescimento maior dos rendimentos reais do trabalho do que da produtividade, aponta também para uma redistribuição da renda nacional em benefício dos trabalhadores, embora não

haja ainda uma medida do grau dessa redistribuição.

Dados do boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise (ano 1, março de 1996), publicado conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e IPEA, indicam que, em 1995, o aumento da produtividade do trabalho na indústria (3,9%) foi muito inferior ao crescimento do rendimento médio real do trabalho (14,1%), nas áreas metropolitanas cobertas pela PME/IBGE.

A economia brasileira, em resumo, está se mostrando capaz de gerar muitos empregos, mas a maioria deles de baixa qualidade e sujeitos a uma alta rotatividade. De um lado, há uma crescente informalização da força de trabalho, conjugada a um processo pelo qual a maioria dos trabalhadores brasileiros já se encontra ocupada no setor de serviços. De outro, o crescimento da produtividade no setor moderno é substancial, amortecendo os efeitos da expansão econômica sobre o emprego formal.

O ajuste do mercado de trabalho à realidade econômica dos anos 90 está se manifestando mais pela informalização do que pelo desemprego.

Com o sucesso do Plano Real, os trabalhadores estão obtendo ganhos reais de rendimento. Isto atenuou a desigualdade de renda e reduziu a pobreza, o que é um fato auspicioso para um país que tem, nos desequilíbrios de renda, um dos seus maiores desafios. (grifo nosso)

Com efeito, conforme os dados científicos acima indicam, há necessidade de democratizar o mercado de trabalho formal, isto porque ele hoje é, na verdade, dividido em mercado formal e informal, até mesmo podemos dizer que, à míngua da falta de dados atualizados, o mercado informal superou o formal.

Os esforços empreendidos pelo governo na geração de empregos formais ainda são tímidos, isto porque, apesar da economia crescente, o Brasil não possui mão-de-obra qualificada para fornecer ao exigente e competitivo mercado formal, tendo como maior exemplo disso o mercado de alta tecnologia, onde fomos superados, por exemplo, pela Coréia do Sul, motivo pelo qual os pobres precisam de estratégias de pressão efetiva e planos de ação, bem como organismos capazes de executá-los.

5. CONCLUSÃO

Todo o consubstanciado no presente estudo teve como objetivo traçar um entendimento linear, que compreende demonstrar o desenvolvimento da história operária e os equívocos na interpretação e seleção dos fatos

⁷ http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM, Acesso em: 9 mai. 2010.

⁸ http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM, acesso em 09/05/2010.

históricos. Ou seja, fica evidente que, saindo a história operária de dentro do próprio movimento, inevitavelmente devemos olhar com ponderação as análises

produzidas, as quais podem estar eivadas de parcialidade, para poder comunicá-las de maneira eficiente para toda a sociedade.

Assim sendo, concluímos ser necessária a democratização da história operária para toda a sociedade. Até porque a história da classe operária faz parte da história maior que é a história da sociedade, sendo correto e justo que esta a julgue e contribua para seu aperfeiçoamento e proximidade com a realidade histórica, ocasionando a mudança e transformação do mundo para melhor.

Também concluímos que essa transformação do mundo para melhor depende das atitudes dos pobres, de modo que concordamos com Hobsbawm, quanto a suas críticas aos modelos de Piven e Cloward. Isto porque os pobres possuem uma força oculta incontrolável, a qual nem mesmo seus titulares sabem que possuem.

Entretanto, para que essa força produza efeitos de maneira eficaz e proveitosa, os pobres precisam de estratégias de pressão efetiva e planos de ação permanentes, sendo que, para atingir esses objetivos, os pobres necessitam do auxílio de organismos capazes de ajudá-los a executar essa tarefa, tanto em momentos de crise do capitalismo, quanto em momentos de calma.

Por fim, não pode ser esquecido que os pobres devem priorizar, dentre os objetivos acima, o setor da educação, para conseguir dialogar e pressionar com isonomia.

6. BIBLIOGRAFIA

BONAVIDES, Paulo. O direito constitucional e o momento político. Revista de Informação Legislativa, ano 21, nº 81, jan./mar. 1984.

HOBSBAWN, Eric J. Mundos do Trabalho, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Pálacio do Planalto: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/MERC1.HTM>. Acesso em: 9 mai. 2010.